



FOTO: JOÃO BITA



## Polo Têxtil do Agreste enfrenta desafios para alcançar voos maiores

Páginas 4 e 5

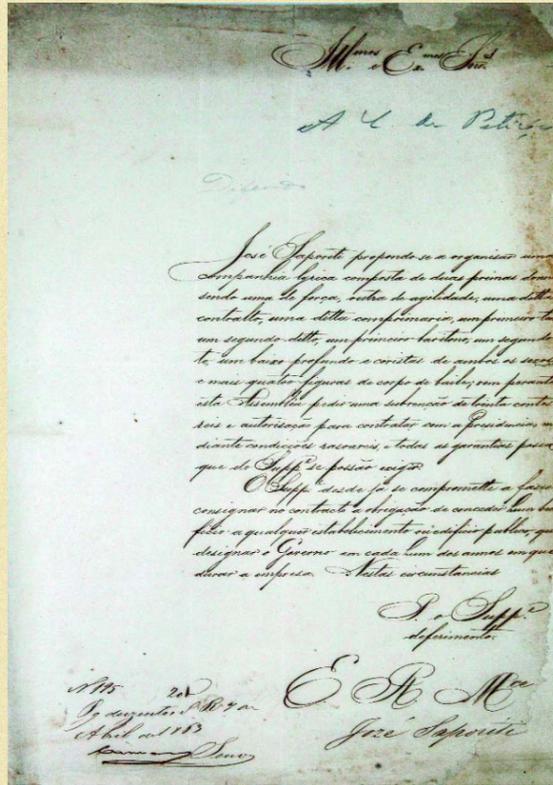
FOTOS: JOÃO BITA



## SÉRIE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

## PEDIDOS DE RECURSOS PARA APRESENTAÇÕES LÍRICAS

**E**m 1772, o Recife foi contemplado com a Casa da Ópera, também chamada de Teatro Capoeira ou Teatro de São Francisco. Apesar de ser palco de apresentações diversas, a Casa não possuía espaço e estrutura física adequados para receber espetáculos de grande porte. A necessidade de um local que atendesse à efervescência artística e aos anseios de modernização da cidade fez com que o presidente da Província de Pernambuco, Francisco do Rego Barros (1837-1844), o Conde da Boa Vista, idealizasse a construção de um novo teatro público municipal, que se tornou realidade em 1850. Nascia, naquele ano, o Teatro de Santa Isabel, cenário onde se apresentariam grandes companhias dramáticas e artistas líricos, nacionais e internacionais. Foram inúmeras as vezes que a sociedade pernambucana lotou o teatro para apreciar prima-donas, tenores, barítonos e coristas. A Assembleia Provincial de Pernambuco recebeu, ao longo dos séculos XIX e XX, incontáveis petições de artistas e empresários, solicitando subvenções para realização de espetáculos, como a de José Saporiti, que, em 7 de abril de 1863, demandou auxílio de trinta contos de réis para organização de um Companhia Lírica. E a de Antônio Carlos Gomes, diretor da Companhia Lírica Italiana, na época instalada na Bahia, pedindo vinte contos de réis para custeio do transporte e outros gastos com a companhia para que apresentasse as Óperas Salvator Rosa e Guarany em Pernambuco.



Os documentos supracitados podem ser consultados no Arquivo Geral da Alepe.

**CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA** - *Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Petição de José Saporiti, de 7 de abril de 1863. Arquivo Geral. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.*

## LEGISLATIVO EM FOCO — DOCUMENTÁRIO

## CONSTITUINTE 1987- 1988

"A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) rompeu contra o establishment, investiu



contra a inércia, desafiou tabus." A fala do deputado Ulysses Guimarães, presidente da ANC, ao promulgar a Constituição da República Federativa do Brasil em 5 de outubro de 1988, resume com precisão a coragem dos parlamentares que, ainda sob o rescaldo da ditadura militar, conseguiram assegurar direitos civis, políticos e sociais e avançar em temas como meio ambiente e reforma agrária.

Forjada ao longo de 20 meses por 558 constituintes, a Carta Magna resultou de tensos embates que quase impossibilitaram sua conclusão. Uma parte dos bastidores, estratégias e articulações que garantiram a promulgação do texto final é resgatada pelo filme *Constituinte 1987-1988*, do cineasta pernambucano Cleonildo Cruz.

O documentário traz entrevistas com diversos ex-constituintes, inclusive os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (à época, no PMDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Registra, ainda, a intensa participação popular nos gabinetes, Comissões e galerias e por meio das 122 emendas populares, algumas com mais de um milhão de assinaturas. Lançado em 2012, *Constituinte* é exibido atualmente pelo Canal Curta!, disponível nas TVs por assinatura GVT, Claro, NET, TVOí, NEOTV e Vivo. Em julho, será transmitido nos dias 28 (19h), 29 (5h e 13h) e 30 (7h).

## VOCÊ NA ALEPE

"Viemos ver o debate na Alepe sobre Segurança Pública, no momento em que estamos fazendo paralisações no Estado. Para nós, a Assembleia Legislativa está melhorando a discussão sobre o tema, com a realização, inclusive, de audiências públicas sobre os problemas que enfrentamos. Mas esse debate sempre pode ser mais assíduo, pois a segurança pública está em crise, o que se reflete nos altos índices de violência no Estado."

**Áureo Cisneiros, presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol).**



"Nós viemos assistir ao pronunciamento do deputado Augusto César (PTB), que está apoiando a regulamentação da nossa profissão. Nossa luta existe há mais de 50 anos e são poucos os políticos que se comprometem com a gente e vestem nossa camisa. Já temos graduação, pós-graduação, mais de cem universidades no País e ainda não temos uma lei que regule a profissão. O parlamentar está dando esse apoio, fazendo nossa voz através da voz dele e pedindo engajamento dos demais deputados."

**Ana Cláudia Campos, esteticista, residente no Recife.**



"Vim aqui para ver o discurso do deputado Ângelo Ferreira (PSB) sobre os atrasos no Programa do Leite. Enquanto o Governo Estadual está pagando a sua parte, estamos há seis meses sem receber recursos do Governo Federal. Estou aqui com produtores de Bom Conselho, Canhotinho e Serra Talhada. É importante que a Alepe debata esse tema, para pressionar a União a pagar sua parte no programa."

**Katia Gonçalves, gerente administrativa da Cooperativa Agropecuária de Panoelas (Coopepan), residente em Panoelas.**



O Jornal *Tribuna Parlamentar* é uma publicação de responsabilidade da **Superintendência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa.**

**MESA DIRETORA:** Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Augusto César; 2º Vice-Presidente, Deputado Pastor Cleiton Collins; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Romário Dias; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. **Superintendente de Comunicação Social:** Margot Dourado. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editor:** Marconi Glauco. **Revisão:** Cláudia Lucena, Marconi Glauco e Margot Dourado. **Repórteres:** André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Helena Alencar, Ivanna Castro e Luciano Galvão Filho. **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** Jarbas Araújo, João Bitá e Rinaldo Marques. **Tratamento de Imagem:** Lucas Neves. **Diagramação e Edição Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. PABX: 3183.2211.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br> — E-mail: [scm@alepe.pe.gov.br](mailto:scm@alepe.pe.gov.br) — [www.twitter.com/alepeoficial](http://www.twitter.com/alepeoficial) — [www.facebook.com/assembleiape](http://www.facebook.com/assembleiape)

SÉRIE AGORA É LEI

# EQUIPAMENTOS DE *PAINTBALL* E *AIRSOFT* DEVEM RESPEITAR LEI ESTADUAL

A prática de jogos de ação, como *paintball* e *airsoft*, conta, agora, com uma regulamentação específica em Pernambuco. No início de abril, entrou em vigor a Lei Ordinária nº 15.444/2014, que trata das atividades e seus equipamentos. A norma, de autoria do deputado Sílvio Costa Filho (PTB), foi publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de dezembro do ano passado e ainda aguarda regulamentação do Poder Executivo.

“Temos, atualmente, no Estado, mais de 1.500 praticantes desses esportes. Muitos deles nos procuraram para solicitar a normatização”, justificou o parlamentar, acrescentando que o objetivo é garantir a segurança dos participantes e diminuir o preconceito com relação aos jogos de ação. “Com a lei, será possível o reconhecimento das



CLAUDIO COUTINHO/CORTESIA

Objetivo da lei é garantir a segurança dos participantes dos jogos

atividades pelos órgãos fiscalizadores. Infelizmente, alguns ainda tratam os jogos como atividades clandestinas”, reforçou Costa Filho.

A nova legislação foca, particularmente, nos marcadores, que são as armas de pressão com finalidade exclusivamente esportiva utilizadas nas competições de

*paintball* e *airsoft*. Pela norma, esses dispositivos deverão apresentar uma marcação na extremidade do cano nas cores laranja fluorescente ou vermelho vivo, a fim de distingui-los das armas de fogo.

Fica proibido o uso de marcadores por menores de 18 anos, a não ser que sejam atletas federados e tenham autorização por escrito do responsável legal. Durante o transporte, será preciso acondicionar os equipamentos e comprovar que foram adquiridos legalmente, o que vale, inclusive, para operadores logísticos, como os Correios. Também torna-se obrigatório o uso de, no mínimo, máscara ou óculos de proteção para a prática dos jogos de ação.

De acordo com o instrutor Dimas Gonçalves de Melo, o uso de equipamentos de proteção (incluindo máscara, camisa de manga longa e colete) já é obrigatório na

*Paintball Station*, espaço que ele gerencia há mais de um ano. “Hoje o jogo está muito sofisticado e os marcadores são verdadeiras réplicas de armas. Quem compra, tem que tirar o certificado de registro (CR) com o Exército”, explicou.

Além disso, os marcadores devem ser transportados no portamalas e totalmente desmontados. “Também se utiliza um tampão de cano chamado ‘barrel’, na cor laranja, e a arma é deslocada sem pente e sem cilindro”, complementou Dimas.

Já para realizar jogos com menores de idade, a *Paintball Station* exige a assinatura de um termo de responsabilidade pelos pais ou acompanhantes, especificando se tratar de um esporte de lesões. “É difícil alguém se machucar, pelo cuidado que nós temos”, garantiu o instrutor.

## ACONTECEU NA ALEPE

### PASSE LIVRE PARA ESTUDANTES

O Projeto de Lei que cria o Passe Livre para estudantes da Rede Pública Estadual foi aprovado no dia 19 de junho. A matéria dá esse direito para alunos do Ensino Fundamental, Médio e Técnico da Rede Estadual, cotistas da Universidade de Pernambuco (UPE) e acompanhantes de estudantes com deficiência. Com isso, mais de 260 mil estudantes poderão ser beneficiados com o Passe Livre. O valor disponível para cada estudante será de até 44 viagens mensais para cada pessoa, tendo como referência a tarifa do anel A. Esse valor poderá ser aumentado por solicitação das instituições de ensino, se houver atividades curriculares nos fins de semana.

### RECURSOS HÍDRICOS E OBRAS DO PAC

O andamento de obras estruturadoras para os recursos hídricos de Pernambuco presentes no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, foi alvo de debates e visitas dos parlamentares. A Comissão Especial sobre as Obras do PAC visitou as obras da transposição do Rio São Francisco no dia 29 de maio e se reuniu com representantes do Governo Estadual no dia 02 de junho. No dia 15 de junho, o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, visitou a Alepe para detalhar a situação dos investimentos e ações do Governo Federal no Estado. O ministro destacou que R\$ 20 milhões serão investidos para amenizar os efeitos da seca, enquanto não são concluídas as Aduanas do Pajeú e do Agreste e a transposição do Rio São Francisco.

### ENCONTRO DA UNALE

Deputados e servidores da Alepe participaram da 19ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, que aconteceu nos dias 10, 11 e 12 de junho em Vitória (ES). O encontro, realizado pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), promoveu debates sobre conjuntura econômica, pacto federativo, infraestrutura e reforma política. Durante o evento, foi eleita a nova diretoria da Unale, que será presidida pelo deputado Sandro Locutor (PPS/ES), e vai contar com os deputados estaduais Diogo Moraes (PSB) como quarto vice-presidente; Zé Maurício (PP), no Conselho Fiscal; Tony Gel (PMDB), no Conselho Deliberativo; e Eriberto Medeiros (PTC), como presidente da Secretaria Especial de Segurança.

### PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Estadual da Educação, que estabelece diretrizes para a educação no Estado para os próximos 10 anos, foi aprovado pelos deputados estaduais no dia 18 de junho. Antes da aprovação, o Plano foi discutido pela Assembleia em audiência pública, no dia 11 de maio, e no V Seminário de Educação do Poder Legislativo, realizado nos dias 5 e 6 de junho. O Seminário contou com a participação de representantes do MEC, UFPE e Fundaj, professores e gestores da educação, além das entidades que compõem o Fórum Estadual de Educação. Com a aprovação, o Estado de Pernambuco cumpriu o prazo determinado pela legislação federal sobre o tema, que previa que Estados e municípios aprovassem seus planos até 25 de junho.

### PACTO FEDERATIVO

A Alepe promoveu, no dia 8 de junho, audiência pública em conjunto com a Comissão Especial do Pacto Federativo, da Câmara dos Deputados. Na reunião, solicitada pelo deputado federal Kaio Maniçoba (PHS/PE), parlamentares e prefeitos debateram a redistribuição de recursos e atribuições entre a União, os Estados e os municípios. Na avaliação dos representantes de municípios e do Governo do Estado, o atual pacto federativo “descentralizou as competências sem descentralizar os recursos”, e precisa ser revisado. “A revisão do Pacto Federativo será a salvação para o Nordeste”, avaliou o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT).

## SÉRIE POLOS DE DESENVOLVIMENTO

# POLO TÊXTIL DO AGRESTE, UMA REGIÃO DE FIBRA

Ivanna de Castro

Dentre os setores produtivos com maior destaque na economia pernambucana, um deles parece estar mais vulnerável ao momento financeiro adverso do País: o Polo Têxtil do Agreste. Isso porque, com a desaceleração da economia e o aumento da inflação, a expectativa - que já começa a ser observada no mercado - é de que os consumidores sejam mais cuidadosos na hora das compras. Essa cautela é sentida, principalmente, pelas indústrias de artigos considerados de última necessidade, setor em que se enquadra o vestuário. Enfim, quando o orçamento aperta, as pessoas priorizam gastos com alimentação e moradia, por exemplo, e cortam os custos com outros produtos.

Diante deste cenário de incertezas, o segundo maior polo têxtil do Brasil, instalado nas cidades de Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e em outros sete municípios do Agreste pernambucano (veja no box ao lado), precisa se adequar. De acordo com estudo feito pelo Sebrae na região, outras questões mais antigas que a fragilidade da economia nacional também devem ser levadas em consideração na hora de se planejar o futuro do setor, que hoje emprega 150 mil pessoas e possui faturamento anual em torno de R\$ 4 bilhões. Entre os desafios do Polo apontados pelo levantamento, realizado em 2012, estão os impactos ambientais desta atividade produtiva, a seca que aflige a região, altas taxas de informalidade, além da escassez de mão de obra qualificada, o que acaba resultando em produtos de pouca inovação e de baixo valor de mercado, as chamadas "sulancas".

No intuito de enfrentar com mais estrutura essas dificuldades e fortalecer os pontos positivos que o Polo apresenta, associações comerciais, sindicatos, instituições

acadêmicas, Sebrae e Governo do Estado reuniram-se na criação de um plano estratégico para o setor. O primeiro resultado dessa soma de esforços foi a criação, em 2012, do Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções em Pernambuco (NTCPE), uma organização sem fins lucrativos, cujo objetivo é estruturar o Polo, fazendo-o crescer de forma sustentável. De acordo com o presidente do núcleo, Edilson Tavares, a organização foca, primeiramente, em duas linhas de ação: melhoria do padrão dos produtos e a formação de mão de obra de mais qualidade.

"Conseguimos uma parceria com o Governo do Estado que resultou na contratação de três plataformas on-line, uma brasileira e duas inglesas. As ferramentas disponibilizam informações relativas ao mercado e relacionadas às tendências da moda. Tudo é disponibilizado gratuitamente a todos os envolvidos no Polo", explicou Tavares. Ele informou que o investimento do Estado na assinatura das plataformas foi de R\$ 300 mil.

A segunda ação refere-se à criação do Marco Pernambucano da Moda, uma espécie de incubadora de profissionais e empresas, que será inaugurado em agosto, no centro do Recife. O espaço oferecerá cursos de design, consultoria e uma mini confecção. "Queremos analisar ideias e levá-las às empresas integrando os profissionais recém-formados ao mercado de trabalho", complementou.

Paralelo a isso, o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação, vem promovendo, em parceria com o Senai, cursos profissionalizantes para os jovens do Agreste que acabam de concluir o ensino médio. Nomeado como "Novos Talentos", o programa ofereceu, em 2014, mais de 2,2 mil vagas nos cursos técnicos de costureiro,



FOTO: JOÃO BITA

Dez cidades do Agreste pernambucano formam o segundo maior polo têxtil do Brasil

## SAIBA MAIS

### CIDADES QUE INTEGRAM O POLO TÊXTIL:

Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Surubim, Brejo da Madre de Deus, Agrestina, Cupira, Vertentes, Riacho das Almas e Taquaratinga do Norte

### PRINCIPAIS CENTROS DE COMERCIALIZAÇÃO:

Polo Comercial de Caruaru, Parque das Feiras de Toritama e Moda Center Santa Cruz do Capibaribe

### NÚMERO ESTIMADO DE UNIDADES PRODUTIVAS:

18.800

Fonte: Sebrae

modelista, gestão financeira e rotinas de departamento pessoal, entre outros. "Com esta iniciativa, buscamos atuar positivamente em duas direções. O curso deve servir tanto como

instrumento de melhoria na vida do trabalhador quanto beneficiar o arranjo produtivo da região", explicou a gerente de Qualificação da Secretaria, Fernanda Lessa, acrescentando que o programa também orienta o trabalhador sobre ofertas de emprego, necessidade da emissão de carteira de trabalho e direitos trabalhistas.

## EMPREGOS

Melhorar os índices de empregos formais na região é, no entanto, um dos maiores desafios para o Estado. De acordo com o Sebrae, em 2012, a informalidade estava presente em 66,4% das empresas, número que chega a 93,2% quando se analisam os empreendimentos complementares ou facções. Essas últimas unidades produtivas, muito presentes no Polo Têxtil, são aquelas que produzem partes ou componentes que serão utilizadas nas confecções, como forros de bolsos e recortes de tecidos. Em geral, tal atividade é assumida por núcleos familiares, fator que interfere diretamente nos índices encontrados no Agreste. "O índice de

informalidade no Agreste é o maior de todo o Estado", revelou o coordenador das ações de combate à informalidade da Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, Paulo Mendes.

O coordenador, que é também auditor fiscal do trabalho, acredita que o problema na região envolve, além da evasão de impostos e problemas previdenciários futuros, a precarização das condições de trabalho. "É frequente, durante as ações de fiscalização, encontrar costureiras trabalhando 11 horas por dia em ambientes ergonomicamente inadequados e de calor intenso", ressaltou. Mendes acredita que esta característica está relacionada à formatação da cadeia produtiva do Polo. "Vemos que cada empreendimento trabalha com cerca de cinco facções em seu entorno, descentralizando sua produção para reduzir custos. Isso ocorre desde o surgimento do polo, que se desenvolveu, sem a presença do Estado, sem apoio. Agora, o empresariado resiste a qualquer cobrança que o Poder Público possa implantar, seja controle



FOTO: JOÃO BITA

Setor emprega 150 mil pessoas e possui faturamento anual em torno de R\$ 4 bilhões, mas busca alternativas para as crises hídrica e econômica que atingem a região

trabalhista ou recolhimento de impostos", analisou.

Edilson Tavares acredita que avanços nesta área, no atual momento econômico, será um desafio. "As perspectivas para 2015 não são boas nem para o Brasil, nem para o Polo. As empresas de todo o País estão enxugando quadros e otimizando processos. Nossas esperanças estão voltadas para 2016", apontou.

Por essa razão, Paulo Mendes afirma que o Poder Público tem que atuar de forma planejada, para que, mais do que crescimento econômico, a população do Agreste vivencie o desenvolvimento social. "Alguns empresários da região já sentem a necessidade de se relacionar com o mercado externo e estão procurando mudar a concepção da produção. Para isso, é preciso agregar valor aos produtos, cumprir a legislação e oferecer melhores condições de trabalho aos seus funcionários", concluiu.

#### QUESTÕES AMBIENTAIS

As atividades do Polo Têxtil também são impactadas diretamente pelas chuvas. O recurso, escasso hoje em grande parte do Brasil e historicamente insuficiente para o abastecimento do Agreste pernambucano, é essencial no trabalho de beneficiamento e tinturaria da cadeia têxtil. Calcula-se que seja necessário de 70 a 120 litros de água para lavar uma única peça. Hoje, as 300 lavanderias em funcionamento no Polo trabalham com até quatro milhões de unidades por mês.

Diante deste cenário, a região aguarda a conclusão de obras

## ALÇANDO VOOS MAIORES - O MERCADO INTERNACIONAL

Tantos desafios, no entanto, não amedrontam os agrestinos que impulsionam a economia do polo de confecções. Vencer adversidades é algo a que a população da região tem feito com frequência e sabedoria. É o que acredita o primeiro-secretário da Alepe, deputado Diogo Moraes (PSB). "Com a falta de água, a região não conseguia desenvolver atividades de agricultura ou pecuária. Foi criada, assim, de forma criativa, uma alternativa viável para o Agreste", comentou, acrescentando que o Poder Público deve ter atenção ao polo e oferecer suporte para que a região avance ainda mais."

O exemplo mais recente de política pública voltada para o fortalecimento desta atividade econômica foi o estabelecimento da conexão Pernambuco / África. Desde junho deste ano, Recife passou a contar com um voo semanal com destino a Praia, capital de Cabo Verde, operado pela empresa TACV. O estabelecimento deste canal, que contou com a parti-

cipação do Poder Legislativo de Pernambuco através do esforço direto de Moraes, permitirá que as cabo-verdianas, que revendem em seu país mercadorias adquiridas em outras nações, passem a buscar as empresas do polo do Agreste. Hoje, o destino brasileiro mais procurado por estas comerciantes, conhecidas como "rabitantes", é Fortaleza, no Ceará. Estima-se que cada comprador gaste, em uma visita, cerca de US\$ 3,4 mil, incluindo compras, hospedagem e alimentação.

"Foram dois anos e meio de trabalho, junto ao Governo de Pernambuco, para identificar e comprovar a viabilidade do voo. Estamos confiantes de que, neste momento de crise, a iniciativa funcione como o início de uma relação comercial mais sólida com o continente africano. Nossa expectativa é que dois terços de cada voo sejam ocupados por comerciantes em busca do polo de confecções do Agreste", ressaltou o primeiro-secretário.

importantes para atender às indústrias e abastecer a população em suas necessidades mais básicas. Entre elas, a Transposição do São Francisco e a Adutora do Agreste, ambas com seus cronogramas atrasados. A primeira, orçada em R\$ 8,2 bilhões, deverá ser entregue apenas em 2017, após dez anos do início dos trabalhos. Já o projeto da Adutora, que tem custo previsto de R\$1,350 bilhão, está avançando lentamente em virtude da irregularidade dos repasses do Governo Federal, responsável por 90% dos custos.

O ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, esteve na Alepe, em junho, para justificar os atrasos e prometeu disponibilizar R\$10 milhões para a retomada do ritmo dos trabalhos.

Para Edilson Tavares, o investimento em tecnologias de reuso de água pode ser uma alternativa para driblar a falta de água e diminuir os impactos ambientais da atividade. Ele informou que, atualmente, a iniciativa vem sendo utilizada, de forma particular, por algumas lavanderias. Entretanto, o gestor

destaca a importância da ação ter o apoio do Poder Público para ganhar maiores proporções. "Estamos conversando com a Compesa e com a Universidade Federal Rural de Pernambuco para expandir esse trabalho. Além da economia, o reuso da água possibilitará a diminuição da emissão de água contaminada no rio Capibaribe", informou.

De acordo com a coordenadora do programa de pós-graduação em Engenharia Civil e Ambiental do Campus de Caruaru, Sávvia Gavazza, essa contaminação dos

cursos d'água se dá, principalmente, em função do uso de corantes na atividade têxtil. Ela explicou que esses elementos, de caráter cancerígeno, não são eliminados da forma correta pela maioria dos estabelecimentos e, ao final do processo de transformação, acabam nos rios e barragens, contaminando a água utilizada para abastecer a população. Atenta a este perigo, a instituição vem desenvolvendo tecnologias simples e baratas que podem contribuir na diminuição deste impacto. A pesquisadora explicou que foi instalado um projeto piloto de tratamento biológico da água dentro de uma lavanderia de porte médio do polo. A tecnologia baseia-se na utilização de organismos anaeróbicos (que não precisam de oxigênio) para transformar o corante em CO<sub>2</sub>.

"É uma tecnologia de baixo custo que dispensa a utilização de produtos químicos. Embora o produto final seja um gás causador do efeito estufa, seu mal é infinitamente menor do que o composto sólido gerado pelo tratamento físico-químico, o mais recorrido pelas indústrias. Na verdade, há uma transferência de problemas, pois a indústria livra-se dos corantes, mas cria um novo lixo que deverá ser dispensado em aterros sanitários", explicou.

Para Sávvia, o projeto da UFPE poderá ganhar escala maior quando houver investimentos e divulgação. "As indústrias só investem neste tipo de trabalho quando são obrigadas a cumprir alguma legislação ou quando conhece os benefícios da tecnologia", complementou.

## CONTAS ESTADUAIS

## AJUSTE FISCAL ATINGE INVESTIMEN

Luciano Galvão Filho

Nos quatro primeiros meses de 2015, os gastos do Estado de Pernambuco com investimentos caíram 77,6%, comparados ao mesmo período de 2014. O investimento público foi o principal alvo dos cortes do Governo Estadual nesse quadrimestre, segundo números divulgados no último balanço orçamentário do Estado, publicado no final de maio no **Diário Oficial** e apresentado na Assembleia Legislativa pelo secretário da Fazenda, Márcio Steffani, no começo de junho.

As despesas com investimentos correspondem a obras públicas e à aquisição de equipamentos ou de instalações permanentes. Com menos recursos disponíveis – as receitas estaduais apresentaram queda de 5,8%, em valores corrigidos –, acompanhados do aumento de despesas obrigatórias – como o crescimento de 3,5% nos gastos com pessoal –, o investimento público no Estado recuou de pouco mais de R\$ 1 bilhão no primeiro quadrimestre de 2014 para R\$ 227 milhões neste ano.

Apesar dos cortes, Pernambuco ainda é a oitava unidade da federação em despesas com investimento. De acordo com o Governo, por meio da assessoria de imprensa da Secretaria da Fa-



Secretário da Fazenda Estadual, Márcio Steffani, apresentou os números do quadrimestre aos parlamentares

zenda, o encolhimento acontece em decorrência de ajustes à realidade nacional, que atravessa cenário de crise. Segundo o Executivo, o principal motivo da diminuição é a queda das receitas de operações de crédito – empréstimos contraídos pelo Estado –, em decorrência de acordo de ajuste fiscal com o Governo Federal. A meta da gestão é que, até o fim do ano, o investimento público no

Estado alcance R\$ 1 bilhão, montante que representa aproximadamente um terço do total investido em 2014.

Especialistas lamentam a desaceleração do investimento público. Pedro Jucá Maciel, assessor econômico do Senado Federal e professor da Escola Superior de Administração Fazendária (Esaf), esclarece que os investimentos se diferenciam das

demais despesas por constituírem patrimônio para a sociedade. “A construção de uma ponte entre duas cidades, por exemplo, viabiliza o comércio, reduz os custos das atividades econômicas, fomenta o surgimento de novos negócios e pode elevar o emprego e a renda das famílias”, ilustra.

Segundo o pesquisador, o orçamento público no Brasil é exageradamente rígido e impõe aos

gestores a aplicação de recursos em áreas que não necessariamente representam as demandas da população. Diante da impossibilidade de reduzir os gastos definidos como obrigatórios pela legislação – como em educação e em saúde –, é o investimento público que sofre a maior fatia dos cortes nos momentos de crise. “Existem amarras legais que não permitem que os governos racionalizem suas despesas”, considera.

Para João Policarpo Lima, economista da Universidade Federal de Pernambuco, a rigidez do orçamento assegura apenas quantitativos para áreas definidas como essenciais, mas não garante a qualidade desses dispêndios. “Vemos sucessivos erros de planejamento, casos de fraude e falta de métodos criteriosos de controle. Por conta dessas falhas, restam menos recursos para investimentos, uma despesa mais virtuosa porque rende melhorias à população”, aponta.

O aperto nas contas pode prejudicar o movimento de industrialização do Estado, considera Jucá Maciel. “Temos vários gargalos de logística em Pernambuco, e os investimentos, que servem para sanar esse problema, teriam um retorno social altíssimo no Estado”, analisa. Policarpo Lima lembra que o cenário da economia já se

## OBRAS EM ANDAMENTO NO ESTADO

OBRA	REPASSE GOV. FEDERAL (R\$)	REPASSE REALIZADO (R\$)	CONTRAPARTIDA ESTADO (R\$)	CONTRAPARTIDA REALIZADA (R\$)
Projetos executivos de engenharia dos trechos Petrolina/ Salgueiro/Araripina/Parnamirim da Transnordestina	13.881.746	12.966.426	1.542.416	709.928
Barragem de Serro Azul	200.000.000	200.000.000	134.277.202	71.149.820
Dragagem de aprofundamento do canal de acesso externo ao Porto de Suape	78.000.000	39.000.000	197.818.719	158.055.999
Adutora do Agreste	1.246.763.000	413.840.512	138.592.223	28.286.488

FONTE: SEPLAG

# MENTO PÚBLICO EM PERNAMBUCO

encontra desfavorável a novos investimentos privados, “que podem ser adiados ou mesmo cancelados em vista do recuo nos investimentos públicos”.

De acordo com o Governo, a aposta em setores que têm capacidade de superar o ambiente econômico de instabilidade e o fomento das cadeias produtivas locais impedirão a diminuição do ritmo de

industrialização do Estado. Segundo o Executivo, serão preservados recursos destinados ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (FEM) e ao Pacto pela Vida. Também terão investimentos assegurados as obras de abastecimento d’água e de saneamento, as rodovias, as ações de ensino e pesquisa, de mobilidade urbana e intervenções nos polos industriais de Suape e de Goiana.

## ALEPE CRIA GRUPOS PARA DESTRAVAR OBRAS ATRASADAS

Ivanna de Castro

De acordo com a Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (Seplag), Pernambuco tem hoje 222 contratos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) executados em parceria com o Governo Estadual, que somam R\$ 6,2 bilhões em investimentos. Entre eles estão, por exemplo, a obra da Adutora do Agreste, a de dragagem para aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Suape e os projetos executivos do trecho pernambucano da Transnordestina. Em comum, esses empreendimentos apresentam atrasos em seu cronograma, causados, muitas vezes, por demora no repasse federal ou na liberação da contrapartida do Estado. “Questões técnicas de contrato, dificuldades de desapropriação ou problemas financeiros das construtoras também desafiam o cumprimento dos prazos”, informa a secretária executiva de Gestão Estratégica do Estado, Héliida Campos.

Atenta a essa realidade, a Assembleia Legislativa atua em duas frentes: a Comissão Especial de Acompanhamento das Obras do PAC, presidida pelo deputado Miguel Coelho (PSB), e o Movimento Pernambuco de Verdade, coordenado pelo líder da Oposição, deputado Silvío Costa Filho (PTB). Como o próprio nome explica, a primeira iniciativa busca acompanhar o andamento das obras que dependem de repasses federais do PAC. A ação da Oposição, embora mais abrangente, também visa realizar esse controle. Voltado para a identificação dos

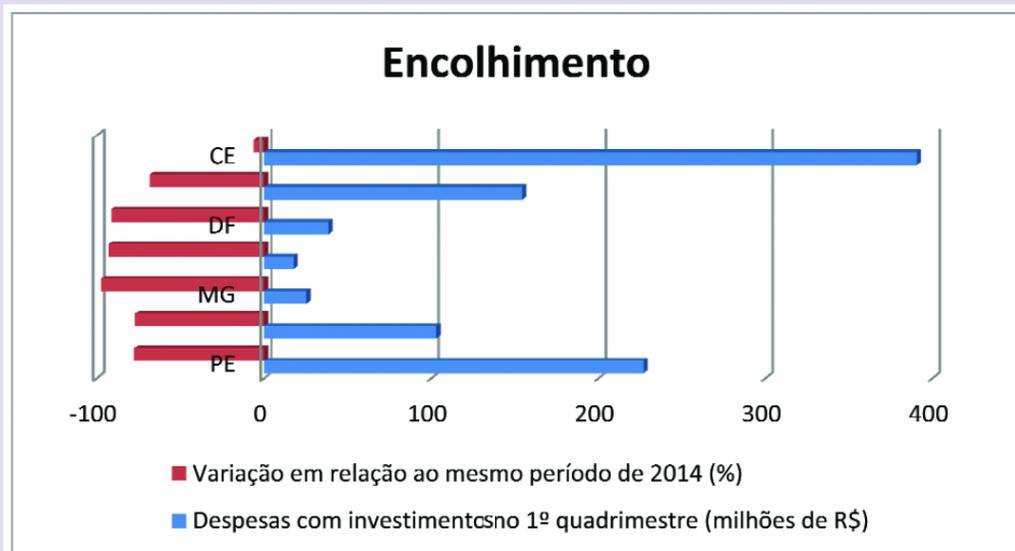
mais diversos problemas que os pernambucanos enfrentam nas áreas de educação, saúde, segurança pública e serviços, o Pernambuco de Verdade também cobra a conclusão de obras, sejam ligadas, ou não, ao PAC.

A ideia do colegiado e do movimento é levantar dados institucionais, visitar as obras e identificar onde estão os gargalos. “Definindo as responsabilidades, é possível atuar com mais direcionamento nas cobranças, sejam ao Governo Federal, ou ao Estado”, avalia Miguel Coelho. De acordo com o parlamentar, existem 1.170 obras das duas etapas do PAC em Pernambuco, mas a Comissão irá priorizar um conjunto de 38 intervenções indicadas pela Seplag como mais importantes. “São obras que podem mudar a dinâmica do nosso Estado, não só na geração de emprego, mas também nos setores de segurança hídrica, educação, saúde e logística”, avaliou.

“Estamos buscando ouvir representantes da Caixa Econômica Federal, do Ministério do Planejamento e da Seplag para identificar onde devemos agir. É um movimento sem coloração partidária”, explica Silvío Costa Filho. O presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Assembleia, deputado Aluíso Lessa (PSB), evidencia a interdependência das diferentes esferas de Poder para a conclusão dessas obras. “Todas as ações anunciadas pelo governador foram pactuadas com a União. Elas só sairão do papel se o Governo Federal cumprir sua parte”, analisou.

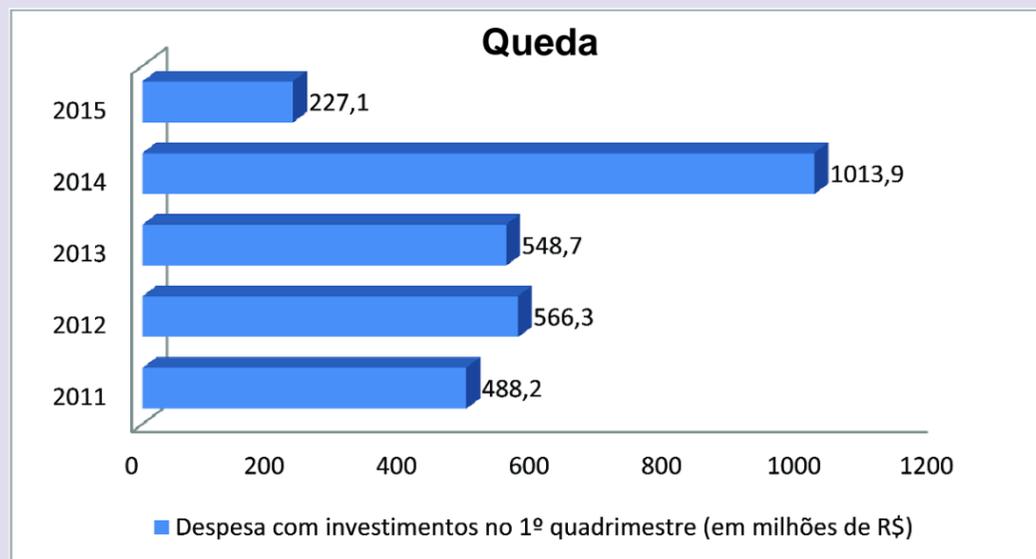
### NÚMEROS

Crise econômica drena investimentos dos Estados no 1º quadrimestre



Fonte: governos estaduais e Tesouro Nacional; valores corrigidos pelo IGP-DI.

Atual despesa com investimentos é a menor dos últimos anos no 1º quadrimestre



Fonte: Governo de Pernambuco e Banco Central; valores corrigidos pelo IGP-DI.

## POTENCIALIDADES

FOTO: RINALDO MARQUES

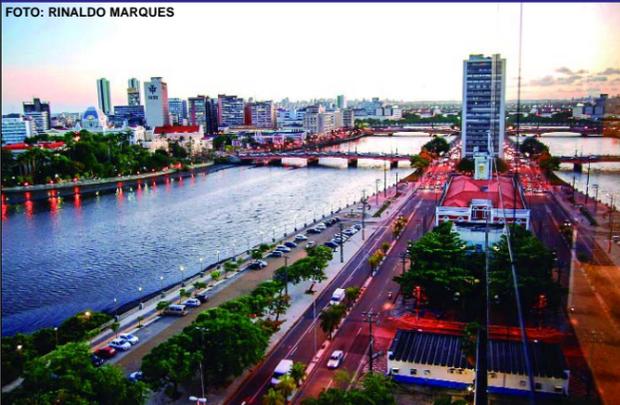


FOTO: BRENO LAPROVITERA



FOTO: CARLOS OLIVEIRA

# TURISMO EM PERNAMBUCO:

## ENTRE A CRISE E A OPORTUNIDADE

## ORIGEM DOS VISITANTES

NACIONAL:

**SÃO PAULO** ⇨ 21%  
**RIO DE JANEIRO** ⇨ 9%  
**BAHIA** ⇨ 6%  
**MINAS GERAIS** ⇨ 4,67%  
**CEARÁ** ⇨ 4,63%

INTERNACIONAL:

**Argentina** ⇨ 25,40%  
**Estados Unidos** ⇨ 15,70%  
**Alemanha** ⇨ 7,44%

Fonte: Empetur e Infraero

## MOTIVO DA VIAGEM

PERNAMBUCO:

**53%** ⇨ Passeio  
**20%** ⇨ Negócios

RECIFE:

**Negócios/eventos** ⇨ 34%  
**Passeio** ⇨ 18%

Fonte: Empetur e Infraero

## André Zahar

Com as férias escolares, o mês de julho é tradicionalmente um período agitado para o turismo em Pernambuco. Este ano, porém, a alta temporada chega misturada com o sentimento de apreensão devido à crise econômica e à hipótese de que, após a alta relacionada à Copa do Mundo, em 2014, venha a ocorrer um impacto negativo no número de visitantes. Para remediar a possibilidade de leitos vazios, o Poder Legislativo tem se somado ao Executivo na busca por investimentos e abertura de rotas.

De acordo com a Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer de Pernambuco, em 2014, o Estado recebeu 5,3 milhões de turistas, 5% a mais do que no ano anterior. Com gasto médio de R\$ 1,7 mil por visitante, a receita chegou a R\$ 6,7 bilhões, uma alta de 17%. Encerrado o Mundial, o poder público busca manter aquecido o setor, priorizando a atração de voos estrangeiros e a consolidação dos que foram captados recentemente.

Em junho, Pernambuco passou a ter, pela primeira vez, um voo direto para um país africano (Cabo Verde), que serve de conexão para Lisboa (Portugal), Paris (França) e Amsterdã (Holanda). O Estado possui ainda outros cinco voos para destinos internacionais – Lisboa, Miami (EUA), Cidade do Panamá (Panamá), Frankfurt (Alemanha) e Buenos Aires (Argentina) – e realiza negociações para obter voos diretos para Milão (Itália) e outros países do Mercosul.

“Mesmo com o cenário de crise, a presença de turistas tem sido boa. A alta do dólar, por exemplo, pode atrair estrangeiros e gerar oportunidade para o turismo doméstico”, pondera o secretário de Turismo do Estado, Felipe Carreras.

O deputado Aluísio Lessa (PSB), presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Alepe, considera que, apesar da retração da economia, há sinais positivos. Um dos indicadores é a expansão da rede hoteleira, que conta com 76.751 leitos em Pernambuco e deve chegar a 88.418 até o fim de 2015. Atualmente, sete hotéis estão em construção no Estado.

“A Accor, maior rede hoteleira do mundo, anunciou recentemente um novo hotel

na beira-mar de Piedade, com 226 apartamentos, a um custo de R\$ 24 milhões. Mesmo com a crise, o mercado continua tendo um atrativo”, avalia.

Com o propósito de apoiar o Governo do Estado na disputa para trazer o *hub* – centro de conexões de voos – da Latam Airlines (empresa formada pelas companhias áreas TAM e LAN) para o Recife, a Assembleia Legislativa de Pernambuco criou uma Frente Parlamentar e aprovou vantagem tributária sobre o querosene de aviação.

Apesar de confiante com as novas rotas, o diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Pernambuco (ABIH/PE), Carlos Maurício Periquito, considera que o momento atual é de preocupação. Segundo ele, a expectativa com a Copa do Mundo gerou uma superoferta de leitos no Recife e em Jaboatão dos Guararapes, e a demanda esperada não se concretizou, o que tem provocado demissões.

“Este ano, estamos tendo uma queda de 15 a 20% no movimento. Nesse período de férias, vamos ficar numa média de apenas 50% da ocupação”, diz. “O turismo de negócios, um ponto forte do Recife, também está sendo afetado pelo desaquecimento da economia e o aumento da energia, que chega a 123% nos últimos dois anos. Isso tem um forte impacto, pois é o segundo maior custo para a hotelaria”, afirmou.

Presidente da Associação dos Secretários de Turismo de Pernambuco, André Quirino defende a importância de melhorar a condição e a segurança das estradas e adotar ações efetivas para regionalizar o turismo, hoje concentrado no Recife, Olinda, Porto de Galinhas, Fernando de Noronha e Caruaru. Entre as localidades com potencial para receber mais visitantes, ele cita a Chapada do Araripe (berço de Luiz Gonzaga), os Vales do São Francisco, do Pajeú (terra de Lampião), e do Catimbau,

o Agreste (artesanato em couro, folclore e vaquejadas) e o turismo rural nas Matas Norte e Sul.

“Precisamos que seja elaborado um novo inventário de oferta turística para o Estado, com a atualização do programa de regionalização do turismo e ações promocionais que divulguem as potencialidades de Pernambuco como um todo”, pontuou Quirino.

## PERFIL DOS TURISTAS

**58%** homens e **42%** mulheres

**62%** casados e **32%** solteiros

**53%** viajam com a família e **35%**, sozinhos

**FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE:** 36 a 50 anos

**MÉDIA DE PERMANÊNCIA:** 6 a 8 dias